

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.327.923 - GO (2018/0176265-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : ADM DO BRASIL LTDA  
**OUTRO NOME** : ADM GRAIN RIVER SYSTEM INC  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA FREITAS E OUTRO(S) - SP166496  
CELSOS UMBERTO LUCHESI - GO023694A  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : DIWEY STARNLY FERREIRA QUEIROZ E OUTRO(S) - GO024609  
LUIZ GONZAGA SOARES GIL - GO024200  
**AGRAVADO** : MOINHO GOIAS SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : MURILLO MACEDO LÔBO - ADMINISTRADOR JUDICIAL -  
GO014615  
MAURACY ANDRADE DE FREITAS - GO016620  
ANDRÉA MACEDO LOBO - GO008013  
VITOR SILVEIRA ROCHA - GO038878  
**INTERES.** : AGRORESERVAS DO BRASIL LTDA  
**INTERES.** : CARGILL AGRÍCOLA S A  
**INTERES.** : ITAU UNIBANCO S.A  
**INTERES.** : BAYER S/A

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por ADM DO BRASIL LTDA em face de decisão que não admitiu o recurso especial.

2. A parte agravante não rebate, de forma específica e clara, o único fundamento da decisão de admissibilidade de incidência da Súmula nº 284/STF, limitando-se a reafirmar as razões do especial.

Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

Era esse o entendimento segundo a inteligência do disposto no inciso I, do § 4º, do art. 544 do Código de Processo Civil de 1.973, incluído pela Lei nº 12.322/2010, que tratava da sistemática dos agravos contra os despachos denegatórios dos recursos dirigidos a esta Corte e consigna ser dever do agravante atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Nesse sentido: AgRg no Ag 1270282/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 17/02/2012 e AgRg no Ag 1327361/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma.

Continua a ser esse o entendimento na vigência do Novo Código de Processo Civil, ao estipular que o relator não deve conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, Novo CPC).

Ressalte-se que o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ também estabelece como ônus do agravante a impugnação a todos os fundamentos da decisão recorrida, sob

# *Superior Tribunal de Justiça*

pena de ver o seu agravo não conhecido.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo de ADM DO BRASIL LTDA.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator